

Boa opção para 1986

PAULO RABELLO DE CASTRO

O paciente foi levado às pressas para a mesa de cirurgia. Retiraram-lhe o apêndice. No pós-cirúrgico, vários dias passados, o coitado não apresentou melhora. Piorou. Análise menos apressada concluiu, finalmente, que o caso era diverticulite, parecido com apendicite. Parecido, mas completamente diferente. Tratou-se a diverticulite, como se fora o quadro clínico de uma semana atrás. Erraram de novo, pois o caso se tornara agudo; não podia mais ser contemporizado...

Nesse ponto, cessa a analogia com o caso médico. Sendo imprudente com os conceitos de sua própria ciência, o economista não precisa incursionar na área clínica para confundir no atacado.

A comparação serve apenas para marcar a semelhança dos erros de diagnósticos médicos com aqueles que cometemos quando investigamos os males da economia. Frequentemente, ocorrem situações deste tipo. Primeiro, uma conclusão apressada, que leva a um procedimento terapêutico ou até cirúrgico incompleto. Depois, a descoberta do diagnóstico certo, mas com o **timing** equivocado, tratando-se como benigna uma situação que já se tornou aguda.

Sem tirar nem pôr, é a circunstância que vivemos na economia hoje. Os clínicos do Plano Cruzado estão de novo em ação na equipe do ministro Fernando Henrique. O diagnóstico do Plano Cruzado já foi parcialmente abandonado, depois da cirurgia malsucedida em 1986. Na época, a convicção clínica era a seguinte, em resumo: "Paciente sem déficit público aparente, sofrendo apenas de pressão financeira decorrente de taxa de juros nos seus títulos, apresenta forte tendência a reproduzir a inflação de ontem nas variações de preços de hoje, configurando um caso de 'Inflação Inercial'." Em miúdos, a inflação subia porque subia.

Na mesa de cirurgia, dois procedimentos foram então sugeridos: congelamento ou otenização. O congelamento era o caso de amputação: parar todos os preços de uma só vez. A otenização era a cirurgia plástica: atrelar todos os preços a um só índice — a ORTN — e, depois, controlar a variação desta última. Em qualquer das alternativas, valia em 1986 o pressuposto fundamental: não há déficit público relevante.

O resto da história, conhecemos bem. Não deu nada certo. De 1986 para cá, o paciente sofreu várias complicações clínicas. Entrou em concordata. Passou a privatizar para amortizar dívidas. A pressão financeira sobre os títulos emitidos subiu muito, enquanto baixava a febre periférica no lado externo (balança, dívida externa, reservas).

Estamos agora às vésperas de 1994 e de novo à espera, enquanto anotamos esses breves pensamentos, do anúncio iminente do novo plano. Pelo que já se conhece, parece o conjunto perfeito de medidas para atender à situação de 1986. Explicando. A seriíssima questão do déficit público agora é levada em consideração, como pressuposto do resto do plano. Os clínicos econômicos já não encaram a situação do Orçamento como resolvida. Também não se quer mais optar pelo caminho sem volta do congelamento de preços. Prefere-se a alternativa mais sofisticada da otenização, ainda que o remédio venha com outro nome e com uma nova fórmula, a cambial. Dá no mesmo. Percebe-se, agora, como não se percebia então, que o objetivo central não é só fiscal, mas, principalmente, monetário. O ministro fala na moeda forte e estável de que o país precisa para voltar a crescer e empolgar os brasileiros.

Só que estamos em 1994. Para 1986, o programa ensaiado pela equipe de hoje estaria muito interessante. Visto de hoje, entretanto, corre o risco de não atender aos requisitos de partida. As diferenças contra: 1. baixíssimo nível de adesão a ordens ema-

nadas do Governo central e forte repúdio potencial a MPs que firmam direitos adquiridos; 2. complicações orçamentárias pelo lado do balanço patrimonial do Governo, já que a União federal está em concordata, devendo aos trabalhadores brasileiros algo em torno de 70 bilhões de dólares, mas fazendo de conta que não enxerga o problema; 3. ausência do Governo na revisão constitucional, acarretando tal falta de empenho num empecilho a mais para aprovação do pacote em que pede ao Congresso mais imposto; 4. trabalhadores desiludidos não irão aderir facilmente à "otenização cambial", a menos que tenham ganhos salariais reais logo de saída, mas isto poria por terra os objetivos estabilizadores do plano; 5. pulverização das opções de correção monetária que atendem aos interesses mais diversos de proteção inflacionária.

Diferenças a favor: 1. país com 20 bilhões de dólares em reservas cambiais líquidas; 2. moeda nacional praticamente extinta, podendo-se, portanto, pensar em fabricar-se uma (uma, não várias) digna de ser moeda do Brasil; 3. CPI do Orçamento, que virou de pernas para o ar a bandalheira da distribuição de verbas públicas, o que abriria fantástica oportunidade de um **grande encontro de contas** do setor público brasileiro, bastando que o Governo tomasse a dianteira; 4. país decididamente arrependido de seus vícios inflacionários e o povo sempre disposto a tentar de novo a estabilização, desde que, agora, o Governo comece fazendo o seu dever de casa primeiro.

Computadas as diferenças contra e a favor, no cotejo com as características pré-anunciadas do Plano FHC, fica bastante nítido que o traçado da estratégia oficial atende mais à experiência de 1986 do que aos desafios de 1994. O que vem, vem certo, mas para ontem.

Paulo Rabello de Castro é vice-presidente do Instituto Atlântico.